

Considerações finais

Emerson Ferreira Rocha

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROCHA, E.F. Considerações finais. In: *O negro no mundo dos ricos: um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010* [online]. Brasília: Editora UnB, 2019, pp. 193-205. Pesquisa, inovação & ousadia series. ISBN: 978-65-5846-052-7.

<https://doi.org/10.7476/9786558460527.0009>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Considerações finais

A desigualdade de riqueza entre negros e brancos é tanto de composição quanto de nível. Tanto os negros são minoria no grupo dos ricos quanto, dentre os ricos, eles são menos afluentes que os brancos. Isso foi averiguado por meio de uma decomposição da medida de riqueza proposta por Medeiros (2005). Quanto mais o cômputo se faz sensível a rendimentos mais altos, menor é a contribuição dos negros para a medida total de riqueza. Embora importante, pouco se teria a investigar do ponto de vista explicativo, no presente contexto, a respeito dessa desigualdade de nível interna ao grupo dos ricos. Fatores que normalmente são usados para explicar a desigualdade, como a educação, não explicam as diferenças de renda entre os ricos. Isso não quer dizer que não existam fatores que, de maneira regular, condicionem a distribuição dos rendimentos entre os ricos. A questão é que esses fatores não são sistematicamente observados por pesquisas regulares disponíveis. Por outro lado, a disparidade racial na composição do grupo dos ricos pode ser mais bem investigada, do ponto de vista explicativo, com base nos dados do Censo Demográfico. Para chegar a tanto, o presente trabalho começou por explorar o comportamento da desigualdade racial ao longo de toda a distribuição de renda.

Embora a desigualdade racial de renda seja um fenômeno bastante estudado, o olhar sobre as rendas mais altas pôde chamar atenção para alguns fatos significativos. O comportamento da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda revela aspectos importantes sobre a própria natureza da discriminação racial no

Brasil. A produção sobre o tema já consolidou o fato de que boa parte da desigualdade racial de renda é mediada por fatores como a educação formal, havendo ainda, contudo, uma desigualdade diretamente associada à raça, o que indica a relevância persistente de práticas de discriminação racial direta, não mediadas. Tal fato é facilmente atestado pelo estudo dos efeitos parciais da condição racial por meio de modelos de regressão centrados na média nos rendimentos. A abordagem estrutural, por sua vez, revela uma dinâmica de discriminação fundada na permanência do negro em posições de classe desfavorecidas.

Com efeito, observou-se que, à medida que se consideram posições mais elevadas na distribuição, altos níveis de escolaridade perdem um pouco da capacidade explicativa sobre a variação da renda, enquanto a discriminação racial parece se tornar mais impactante. Os níveis de ensino médio e superior atingem influência máxima sobre a renda em torno do 90º quantil. A partir desse ponto, o impacto do ensino superior se reduz substancialmente. A educação, portanto, parece ter maior relevância para os estratos médios altos, indicando que, nessa região da distribuição de renda, concentram-se os segmentos do mercado de trabalho onde os níveis de remuneração respondem mais intensamente à qualificação profissional. No que se refere aos estratos mais afluentes, a educação passa a explicar menos da variação de renda, não porque essa deixe de ser importante, mas, provavelmente, por passar a constituir, antes de tudo, um pré-requisito, estando a variação sujeita a outros mecanismos subjacentes não observados. Nesse sentido, é preciso admitir que o aumento do impacto da condição racial certamente não reflete apenas uma intensificação das práticas diretas de discriminação racial, mas também a relevância crescente de mecanismos de mediação da desigualdade racial que não a escolaridade, que, estando correlacionados à raça, enviesam para cima as diferenças de renda associadas à cor.

É razoável considerar que, se a educação explica menos a variação da renda entre os mais afluentes, outros mecanismos, como o patrimônio e o acesso a redes de contatos economicamente úteis, passem a cumprir aí um papel importante.

Esses recursos estão ainda mais fortemente associados à origem social do que os níveis de ensino. Embora determinada pela origem social, a realização educacional está sujeita, ainda, a uma série de contingências na trajetória de vida das pessoas, havendo, portanto, uma independência relativa que gera mobilidade educacional entre gerações. Já o patrimônio e o acesso a círculos sociais de elite constituem heranças muito mais diretas que, diferencialmente distribuídas entre negros e brancos, certamente medeiam parte da desigualdade racial de renda entre os mais afluentes. Como esses fatores não são explicitamente considerados nos modelos aqui utilizados, eles podem ser responsáveis por parte do comportamento da desigualdade diretamente associada à condição racial, conforme mensurada por meio dos exercícios estatísticos. A desigualdade racial é, em todas as instâncias, fruto não apenas da discriminação direta, mas também de um complexo de fatores de mediação. Assim, o comportamento observado para a desigualdade diretamente associada à raça evidencia que a discriminação tem efeitos tão maiores sobre as chances de renda quanto mais a posição do negro é afluente. Mas, reflete também a maior importância, nos estratos de alta renda, de fatores de mediação não observados, associados à origem social e, por conseguinte, desfavoráveis aos negros.

O estudo da disparidade racial de riqueza justifica-se, assim, não apenas pelo interesse intrínseco sobre a composição racial do grupo dos ricos, como também pelo fato de que a desigualdade racial, nesse nível da distribuição de renda, se destaca em face dos demais. É importante notar que esse destaque não se limita ao aspecto meramente descritivo da pouca representatividade dos negros nesse grupo. A evidência de que, para os estratos mais abastados, os altos níveis de ensino perdem relativamente seu impacto sobre a variação de renda enquanto cresce o impacto da condição racial, revela uma mudança qualitativa nos mecanismos de mediação da desigualdade racial de renda. Se a desigualdade educacional tem sido sempre apontada como o principal desses mecanismos, essa conclusão precisa ser matizada quando se trata da composição do grupo dos ricos. Isso não quer dizer, contudo, que a desigualdade educacional não seja um fator importante, muito pelo contrário.

Na verdade, notou-se que a desigualdade educacional medeia uma porção substancial da disparidade racial de riqueza. Embora a correção das desigualdades educacionais não seja suficiente para corrigir essa disparidade, ela pode minimizá-la substancialmente, aumentando de 14% para mais de 30% a razão de probabilidades entre negros e brancos de estarem entre os ricos. Também foi mostrado que as diferenças raciais por formações em áreas específicas contribuem para a disparidade racial de riqueza. Essa contribuição, contudo, é relativamente pequena se comparada à contribuição da desigualdade em geral, ou seja, ao simples fato de os negros terem taxas muito menores de conclusão dos níveis médio e superior de ensino. O grande gargalo para os negros, no que se refere à mediação educacional da disparidade de riqueza, está ainda no acesso ao ensino superior, e não na distribuição desigual por áreas de formação. Entretanto, é preciso interpretar esse último resultado com muito cuidado, atentando-se para o caráter dinâmico dos fenômenos investigados.

A relativamente pequena contribuição das áreas de formação se deve, também, aos próprios níveis de conclusão do ensino superior por parte da população negra, que são muito baixos. Se os negros não concluem esse nível de ensino, se o gargalo está ainda no ingresso e na conclusão de cursos superiores, é natural que diferenças por área de formação tenham uma contribuição reduzida. Agora, à medida que esse gargalo se abrir, à medida que um número maior de negras e de negros concluírem o ensino superior, as diferenças por área de formação passarão a ser potencialmente muito mais relevantes. Se esse potencial virá ou não a se concretizar, depende de como os negros que ingressarem no nível superior irão se distribuir entre os cursos, se mantendo a distribuição desvantajosa que se observa hoje em dia, sobretudo em se tratando das mulheres negras, ou se revertendo essa desvantagem. Em outras palavras, caso se mantenha, ao longo do tempo, o atual padrão de distribuição de negros e de brancos entre as áreas de formação superior, a ampliação do ingresso dos negros nesse nível de ensino implicará o aumento do papel que as formações profissionais específicas cumprem para a desigualdade racial de renda em geral e, em especial, para a disparidade racial na composição do grupo dos ricos.

Tão importantes quanto a desigualdade educacional são as condições para a conversão dos níveis educacionais em oportunidades de riqueza. Essas condições não são as mesmas para negros e brancos e são especialmente desvantajosas para as mulheres negras. Em outras palavras, não apenas os negros contam com menores níveis educacionais como, para eles, um dado nível educacional não se traduz em oportunidades de renda alta na mesma intensidade com que se traduz para os brancos. Por meio de exercícios de simulação, observou-se que, se os negros fossem tratados como brancos, mesmo com seus atuais níveis de escolaridade, a disparidade racial de riqueza seria substancialmente menor. No exercício com regressão logística, onde se retiram do negro todas as desvantagens diretamente associadas à cor, mantendo apenas suas desvantagens educacionais, verifica-se uma correção muito considerável da disparidade racial de riqueza, com a razão de probabilidades saindo de algo em torno de 14% para o entorno dos 40%, a depender da decisão sobre o grupo de referência nos exercícios de simulação. Trata-se, portanto, de uma redução ainda mais substancial que a que seria originada pela correção das desigualdades educacionais, que eleva a mesma razão de probabilidades para a casa dos 30%.

As simulações com a regressão linear são especialmente interessantes, pois permitem diferenciar o papel de mecanismos não observados de mediação do papel das condições diferenciais propriamente ditas, expressas pela contribuição exclusiva das diferenças em termos de coeficientes. Embora, nesse caso, haja alguma divergência entre os resultados segundo a escolha do grupo de referência, evidências sugerem que as condições para a conversão são ainda mais importantes que fatores não observados. Mais uma vez, reforça-se a ideia de que restrições mais diretamente associadas à condição racial assumem um papel crítico em se tratando da composição do grupo dos ricos. Apenas o fato de que um mesmo nível educacional e de experiência não se converte, para os negros, em oportunidades de riqueza na mesma intensidade que o faz para pessoas brancas, responde por uma grande porção da disparidade racial de riqueza.

A análise simultânea da disparidade de riqueza por raça e por gênero revelou padrões importantes no que se refere às mulheres negras. Primeiramente, em comparação ao que acontece com a desigualdade de renda em torno da média, há uma diferença na relação entre esses dois fatores de estratificação social no que se refere à disparidade de riqueza. O desconto da mediação educacional exerce, sobre a disparidade de riqueza, efeitos no mesmo sentido que os exercidos sobre a desigualdade em torno da média, aumentando a medida de desigualdade diretamente associada ao sexo e reduzindo aquela diretamente associada à condição racial. Contudo, no caso da disparidade de riqueza, não se observa uma inversão de ordem entre esses dois fatores. Mesmo descontadas, por um lado, as desvantagens educacionais dos negros e, por outro, as vantagens educacionais das mulheres, os efeitos de discriminação associados à raça permanecem equiparáveis aos associados ao gênero.

Quando se distinguem mulheres e homens brancos, assim como homens e mulheres negras, observa-se algo ainda mais interessante. Nesse caso, mesmo com o desconto da mediação educacional, mulheres brancas continuam em vantagem sobre os homens negros, sendo superadas apenas pelos homens brancos. Em seguida, vêm os homens negros, com probabilidades de riqueza sensivelmente menores que as das mulheres brancas, e, por último, as mulheres negras, com probabilidades de riqueza muito baixas. Essa disposição da disparidade de riqueza por gênero e raça tem relação com a distribuição das pessoas por áreas de formação superior. Para as mulheres brancas, isso se deve à combinação do um amplo acesso ao ensino superior com a distribuição desfavorável entre as áreas de formação. Nesse sentido, chama atenção a situação das mulheres negras que, mesmo com níveis muito menos expressivos de ingresso no nível superior, têm parte considerável de sua disparidade de riqueza mediada pela distribuição por áreas de formação. Isso indica que, no caso das mulheres negras, a concentração em áreas pouco afluentes é tão acentuada que já consegue surtir efeitos muito consideráveis, mesmo estando a principal barreira ainda no acesso ao nível

superior de ensino. O mesmo não vale para os homens negros, para os quais a distribuição por áreas de formação responde por uma porção relativamente pequena da mediação educacional da disparidade de riqueza.

Quanto às condições para a conversão da educação em oportunidades de integrar o grupo dos ricos, essas parecem mediar, prioritariamente, a disparidade de riqueza segundo o gênero, mas seu papel na mediação da disparidade racial de riqueza é ainda muito saliente, conforme já argumentado. Na verdade, o que se nota é que, perante as mulheres brancas, os homens negros apresentam menor dificuldade para converterem determinado nível educacional em chances de riqueza. Por outro lado, quando se trata da disparidade entre homens negros e homens brancos, os diferenciais, nessas condições, são muito mais importantes. A mulher negra, por seu turno, sofre franca desvantagem em termos dessas condições quer diante de homens brancos, quer diante de homens negros, quer, ainda, perante as mulheres brancas.

Observou-se, também, um padrão na desigualdade racial ao longo das áreas de formação. Quanto mais afluenta uma área, menor a medida relativa de disparidade racial condicional a ela. Em outras palavras, para as formações mais afluentes, as razões de probabilidades de riqueza entre negros e brancos são mais próximas da unidade, expressando menor desigualdade. A formação superior de elite, portanto, tende a instaurar condições de competição um pouco mais equânimes ou, pelo menos, menos iníquas, entre negros e brancos. Isso é muito importante, pois quer dizer que a ação mediadora da formação superior sobre a disparidade racial pode ir na contramão do princípio de acomodação das relações raciais em posições de classe. Assim, embora a desigualdade educacional por áreas de formação medeie apenas uma porção moderada da disparidade racial de riqueza, a correção dessa desigualdade revela um grande potencial transformador. Se pessoas negras passam a frequentar mais massivamente o ensino superior, se distribuindo, em igualdade com os brancos, por cursos mais afluentes, há uma tendência especialmente forte à correção da disparidade racial de riqueza. Por outro lado, a concentração de

negros em áreas de formação menos afluentes é muito problemática, pois não são só pequenas as probabilidades de renda alta associadas a essa formação, como também mais desiguais entre negros e brancos.

A associação entre riqueza e poder revela padrões bastante distintos por grupos raciais. Medeiros (2005) observou uma forte interseção entre elites econômicas e elites políticas no Brasil. Nesse caso, o autor define como elite econômica o próprio grupo dos ricos. No presente caso, buscou-se definir um conjunto de segmentos de elite com base em títulos ocupacionais, a partir do critério do exercício de controle sobre instituições. Dentro dos limites da classificação ocupacional adotada pelo Censo, estabeleceu-se a diferença entre dois segmentos de elite política, três de elite econômica e um segmento referente à elite burocrática, representada pelo conjunto de dirigentes. Em todos esses segmentos, a proporção de negros é muito inferior à proporção de brancos. Contudo, dada a condição de rico, a proporção de negros varia substancialmente, de segmento a segmento, com relação à sua proporção no grupo dos ricos de maneira geral. Essa variação indica força ou fraqueza na associação entre riqueza e poder condicional à raça.

A definição de elite adotada é bastante abrangente, incluindo grupos que, em esquemas mais amplos de estratificação, quer neoweberianos, quer neomarxistas, seriam considerados pequena burguesia ou segmentos de classe média. Como se observou, se no contexto de um estudo sobre elites essa abrangência poderia ser questionável, no contexto de um estudo sobre a presença de negros nas elites, trata-se de um procedimento absolutamente justificável, em perfeita consonância com os estudos antecedentes, que procuram abarcar esses segmentos diante da presença irrisória, intratável do ponto de vista quantitativo, de negros nos círculos mais altos de poder.

É no segmento estatal das elites que os negros encontram a associação mais forte entre riqueza e poder. De modo muito interessante, a esfera política encerra também o segmento onde essa associação é a mais fraca: o da sociedade civil. É importante ressaltar que as desigualdades educacionais não medeiam de maneira

considerável as diferenças raciais no padrão de associação entre riqueza e poder. Ao mesmo tempo, não se dispõem aqui de informações sistemáticas sobre os processos subjacentes responsáveis pela diferenciação racial nesse padrão. Sendo assim, as interpretações apresentadas são necessariamente de caráter especulativo. O que se pode considerar é que a concorrência a cargos representativos no Estado tem aberto relativo espaço às camadas sociais mais baixas e que a discriminação racial pesa relativamente menos nesse espaço de abertura. Isso não quer dizer que esse segmento de elite seja racialmente igualitário. Como já dito, os negros são minoria nesse segmento, como em todos os outros. O que acontece é que a presença dos negros ricos nesse segmento é maior que a esperada, dada a sua sub-representação no grupo dos ricos como um todo.

Se essa interpretação está correta, então a fraquíssima associação entre riqueza e poder para os negros no âmbito da sociedade civil é algo muito significativo. As expectativas a respeito da sociedade civil organizada são justamente de uma maior permeabilidade social. Toda a teoria sobre democracia deliberativa depositou nesse segmento expectativas de uma capacidade de capilaridade social que o Estado não teria habilidade de tecer. O que se observa aqui é que, aos negros, essa capilaridade não abriu as portas de acesso aos círculos mais altos de poder no ambiente institucional formado por essas organizações. Essa interpretação tem que ser vista, contudo, com cautela, pois se trata de um agregado bastante heterogêneo de organizações, sem que se possa distinguir como a disparidade racial se comporta de acordo com subdivisões mais refinadas.

Na esfera econômica, a associação entre riqueza e poder só é forte para os negros em se tratando da pequena burguesia, ou seja, para um grupo cujo poder econômico reside no exercício de controle sobre pequenas firmas. Entre os grandes proprietários, essa associação é fraca, mas é entre os executivos que se torna crítica. O alto escalão dos diretores-gerais e dos gerentes-gerais das empresas é especialmente impermeável à população de cor. Não apenas a discriminação racial pode responder por isso. É também razoável pensar que, para essas posições, o capital social seja

especialmente relevante enquanto meio de acesso. Trata-se de cargos onde a confiança assume um papel crítico e o acesso a redes de relações sociais constituem um importante mecanismo de formação de relações de confiança. Embora a qualificação seja fundamental para esses cargos, é possível que essa seja mais um pré-requisito do que um fator que determine a escolha por determinada pessoa. A relativa ausência de negros em círculos sociais de alto status implicaria, portanto, uma barreira especial ao acesso a esse segmento de elite. À medida que a discriminação racial afeta também o acesso a essas redes de contato, ela passa a ter um impacto indireto sobre a permeabilidade desse segmento aos negros, além do efeito provavelmente exercido de maneira não mediada, por ocasião das interações mais diretas de definem o ingresso. Em outras palavras, a discriminação e o capital social podem ser vistos como explicações concorrentes para a rara presença de negros nesse segmento de elite, mas podem também encerrar mecanismos cúmplices: o preterimento social em razão da raça compromete a formação desse tipo de capital, tornando-o, utilizando o termo de Hasenbalg, parte das desvantagens raciais cumulativas.

Quando se considera a interação entre raça e gênero, observa-se que a saliência desses dois critérios se altera de acordo com os segmentos de elite. Entre os grandes empregadores, a clivagem por sexo é mais saliente. Homens ricos têm maior probabilidade de pertencerem a esse segmento do que mulheres ricas, independentemente da raça. Por outro lado, mulheres brancas perdem para homens brancos, e as mulheres negras perdem para os homens negros. Já entre os executivos, a clivagem por condição racial é muito mais saliente. Os brancos estão acima dos negros, independentemente do sexo. Além disso, o padrão é muito mais nítido, com diferenças relativamente mais dilatadas entre as probabilidades associadas aos quatro grupos. Os homens brancos aparecem bem acima dos outros grupos, as mulheres brancas os seguem bem abaixo, depois, vêm os homens negros também bem abaixo e, isoladas no último lugar, as mulheres negras. No segmento dos pequenos empregadores, nota-se algo diferente: homens negros lideram, seguidos pelas mulheres brancas. Depois, vêm os homens brancos e, por último, as mulheres negras. Ao que parece,

esse segmento é permeável a grupos dominados: aos homens negros, que são dominados em razão da cor, e às mulheres brancas que são dominadas em razão da condição de gênero. Porém, barreiras parecem se impor às mulheres negras. Trata-se, portanto, de um caso muito interessante de interação entre raça e sexo. As barreiras só parecem surgir quando os dois critérios são simultâneos.

A política é o único segmento em que a mulher negra não é a última colocada em termos da associação entre riqueza e poder. Mais uma vez, é preciso afirmar que isso não significa que elas não sejam o grupo menos representado no segmento estatal da elite rica. Pelo contrário, elas são, de longe, o grupo menos representado. Contudo, se em todos os outros segmentos de elite sua representação é ainda menor que sua representação entre os ricos de maneira geral, no segmento estatal, essa representação é levemente maior. O interessante é que, ainda assim, para as mulheres negras, existe uma associação menor em comparação aos homens negros, embora, para as mulheres brancas, a associação seja mais forte que para os homens brancos. Assim, mesmo no segmento da elite relativamente mais aberto aos grupos dominados, algo ainda opera em desvantagem exclusiva da mulher negra, indicando, mais uma vez, que a presença simultânea das desvantagens por raça e por gênero constitui também uma desvantagem *sui generis*.

No segmento da sociedade civil, a clivagem racial é a mais saliente. Homens e mulheres brancas estão muito acima do conjunto dos homens e das mulheres negras. A clivagem por sexo ocorre da maneira esperada, com as mulheres em desvantagem em relação aos homens nos respectivos grupos raciais. Com os burocratas, acontece o mesmo, mas a saliência da clivagem racial não é tão gritante quanto no caso da sociedade civil.

De maneira geral, destaca-se a fraqueza da associação entre riqueza e poder para os negros em geral, mas muito especialmente para as mulheres negras. Os homens negros parecem ser beneficiados por processos subjacentes que tornam a associação entre riqueza e poder mais forte para homens de maneira geral. Já as mulheres negras não parecem ser beneficiadas pela presença de processos que fortalecem a

associação entre raça e poder para pessoas negras e para mulheres. Elas só parecem relativamente beneficiadas quando se tem simultaneamente uma abertura por sexo e por raça, que é o caso exclusivo do segmento estatal das elites políticas.

Na esfera econômica, a associação entre riqueza e poder é, em geral, muito fraca para as pessoas negras, especialmente para as mulheres. A relativa abertura no segmento dos pequenos empregadores não significa muito, pois se trata de um segmento cuja fonte de poder é o controle sobre pequenas firmas. Quanto às posições de maior poder, a posição de executivo é especialmente impermeável às pessoas de cor. Como há evidências de que desigualdades educacionais não medeiam de modo considerável esses padrões de associação entre riqueza e poder, resta admitir que existem processos subjacentes, tanto discriminatórios quanto referentes à origem social, responsáveis por essas diferenças observadas. É, sobretudo, uma tarefa para estudos futuros, de caráter qualitativo, uma caracterização pormenorizada dos mecanismos que produzem essas disparidades de ingresso. Com base nesse tipo de resultado, pesquisas em mais larga escala poderiam ser desenhadas, permitindo que se mesure o peso relativo de cada mecanismo.

Como observação final, é preciso notar que combate à desigualdade racial e combate à desigualdade de renda, de maneira geral, são coisas diferentes, embora estejam relacionadas. Isso foi visto por meio de uma bateria de simulações com o Índice de Theil. Lembre-se do cenário que reflete o que aconteceria com a desigualdade total graças à redução ou ao virtual desaparecimento da disparidade racial de riqueza. Trata-se daquele em que a distribuição de renda entre os negros assume forma semelhante à distribuição de renda entre os brancos. Nesse cenário, haveria também uma redução da desigualdade de nível de renda entre os dois grupos, graças à maior participação dos negros nos estratos de alto rendimento. Não obstante, em tal situação, o impacto sobre a distribuição total seria, na verdade, um aumento na desigualdade de renda. Aumento esse que seria, contudo, suavizado pela redução ou pelo virtual desaparecimento da desigualdade entre as rendas médias dos grupos raciais. Em outras palavras, embora a correção da disparidade racial de riqueza

implique em um componente de redução da desigualdade de renda em geral, prevaleceria, tudo mais constante, o impacto de uma distribuição mais desigual no interior do grupo dos negros. Eliminar a disparidade racial de riqueza constitui, portanto, uma meta que não se confunde totalmente com o combate à desigualdade de renda em geral. O combate à desigualdade com foco na redução do desemprego, da pobreza ou na elevação da renda das pessoas relativamente mais pobres pode reduzir conjuntamente a desigualdade racial de renda e a desigualdade de renda total. Já o aumento da representatividade dos negros no grupo dos ricos precisa ser enfrentado enquanto um fim em si mesmo. Trata-se aí de algo que se refere estritamente à iniquidade racial.